

# Jornal *Fêmea*

IMPRESSO ESPE-

Contrato 555/2001-ECT/BSB

x  
CFEMEA



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Ano X  
Nº 108  
Brasília/DF  
Janeiro/2002

## Contra os fundamentalismos, o fundamental é a gente!

preciso “ampliar vozes que firmemente se opõem às práticas, discursos e representações sociais discriminatórias, que submetem pessoas a situações de opressão, ou vulnerabilidade”. Este é o principal objetivo da Campanha “Contra os fundamentalismos, o fundamental é a gente”, que a Articulação Feminista Marco-Sul pretende lançar durante o 2º Fórum Social Mundial (FSM).

Reconhecendo as diferenças e afirmando a solidariedade, esta Campanha propõe patamares para a solução de conflitos, em todas as esferas da vida: na intimidade ou na vida pública. (p. 6 e 7)

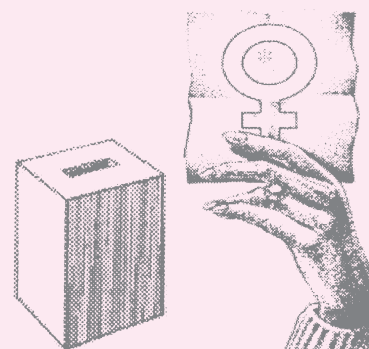


Ilustração - Revista mulher/fempres nº 205

### PÁGINAS 8 E 9

#### Eleições Gerais - 2002

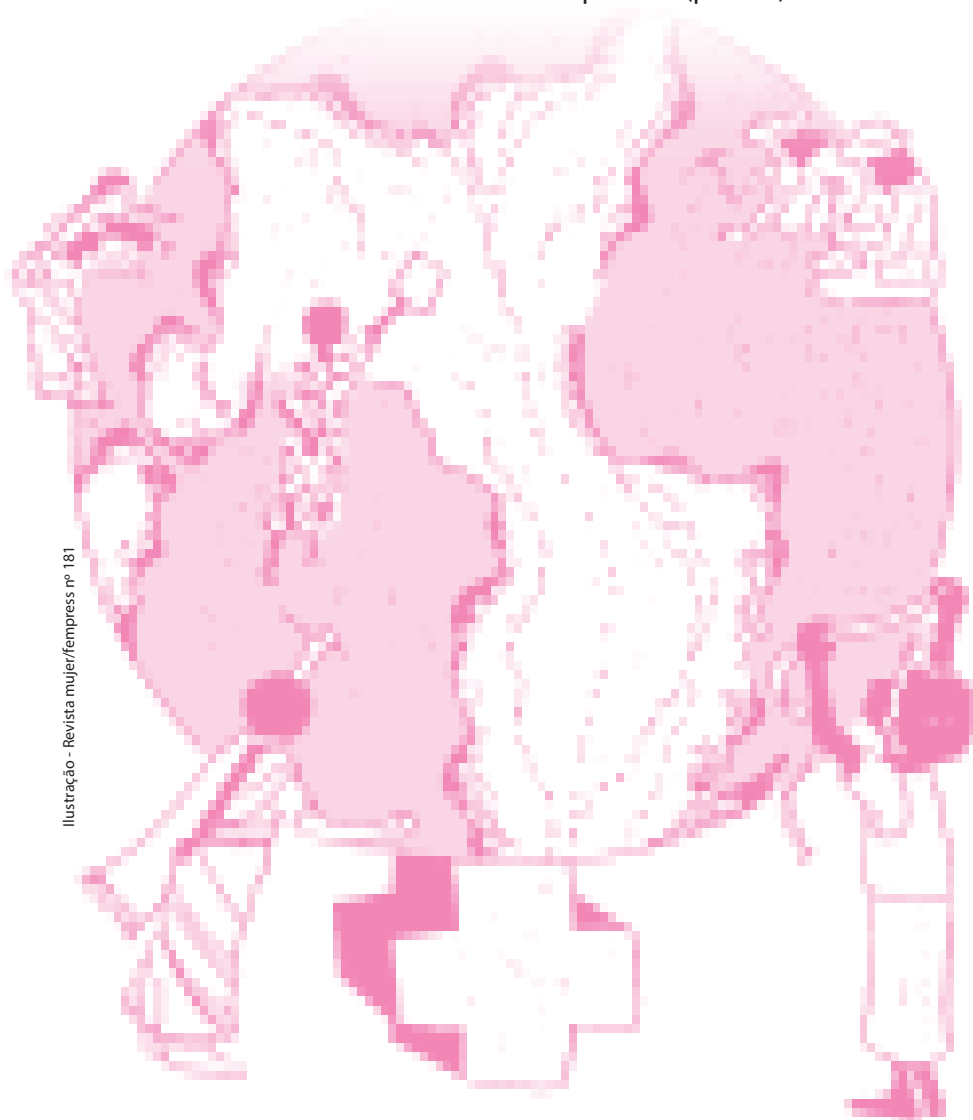
Dentro de poucos meses, estaremos escolhendo nov@s governadores/as, deputad@s federais, estaduais e distritais, bem como senadores/as. Também iremos definir o novo ou a nova Presidente da República. Apesar das campanhas eleitorais não terem iniciado oficialmente, a corrida rumo aos cargos de poder já começou.

### PÁGINA 11

#### Crime de racismo

No Brasil, o racismo contra os povos africanos escravizados pelos portugueses e trazidos para cá foi, durante 300 anos, um comportamento oficializado. Os índios, habitantes destas terras também sofreram preconceitos raciais em razão de suas etnias. Essas duas raças/etnias são as que mais sofrem com a discriminação, que perdura até os dias de hoje.

Ilustração - Revista mulher/fempres nº 181



# Editorial

**P**assadas as Festas, aqui estamos nós, arregaçando as mangas para dar início a mais um ano de trabalho. Antes, porém, queremos agradecer e retribuir a tod@s @s parceir@s e amig@s, que gentilmente nos enviaram votos de um Feliz 2002.

Acreditamos que este será um ano de grandes oportunidades e, ao mesmo tempo, de grandes desafios, exigindo de todas nós muito fôlego para levar adiante as tarefas que temos pela frente.

Começamos janeiro com a expectativa da realização do 2º Fórum Social Mundial. Com a experiência vivida no Fórum passado, desta vez teremos uma participação muito mais estruturada e efetiva. Estivemos presentes, participando de todo o processo de organização do Fórum e conseguimos articular com organizações feministas de todo o mundo. Este ano, existe um número maior de mulheres na composição das mesas de trabalho e os temas serão debatidos levando em consideração uma perspectiva étnica, racial e de gênero.

Um dos pontos altos da participação das mulheres, no FSM, deverá ser a Campanha "Contra os Fundamentalismos, o Fundamental é a Gente", organizada pela Articulação Feminista Marco-Sul. Esta campanha chama a atenção para o fato de que os fundamentalismos afetam de forma diferenciada a mulheres e homens e que as mulheres sempre são as suas maiores vítimas. Através de várias peças publicitárias, como camisetas, botons, raspadinhas e painéis, além de testemunhos de mulheres vítimas de diversos tipos de fundamentalismos, a Campanha pretende mostrar o papel que têm as nossas vozes na construção de um mundo melhor, mais fraterno, justo e igualitário, onde mulheres e homens, raças e religiões, possam conviver em harmonia, respeitando as individualidades.

Este é um ano de eleições e como todo ano eleitoral, será mais curto em relação aos trabalhos do Congresso Nacional. Precisaremos desenvolver um esforço especial, no primeiro semestre, se quisermos ver avançar em sua tramitação as proposições que afetam

mais diretamente as mulheres. Por outro lado, também é este o momento de trabalhar pelo empoderamento das mulheres, não só tentando aumentar o número de eleitas sensíveis às causas feministas, como principalmente, levando aos/às candidat@s as reflexões dos movimentos de mulheres, no intuito de vê-las incorporadas em seus programas de governo.

O fato novo é que, pela primeira vez, temos uma mulher disputando as eleições presidenciais em igualdade de condições com os candidatos masculinos. Tentando discutir o significado da candidatura Roseana Sarney no cenário político nacional, é que o Fêmea entrevistou lideranças do movimento feminista e de mulheres, de diversos segmentos sociais.

O próximo desafio será a organização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras - CNMB, que se pretende um espaço aberto para o debate democrático de idéias e o aprofundamento de propostas dos movimentos de mulheres que se opõem ao neoliberalismo, ao sexismo, ao racismo e à homofobia. Nela será lançada a Plataforma Política Feminista, documento a ser apresentado à sociedade brasileira em geral e, em especial, aos/às candidat@s às eleições de 2002. A construção da Plataforma se dará em seminários ou conferências regionais e estaduais, que começam a acontecer a partir de março. A realização da CNMB está a cargo do Comitê Organizador Nacional, do qual participam articulações, redes e outras instâncias nacionais dos movimentos de mulheres.

A hora é esta, os desafios são grandes, mas as oportunidades são maiores. Vamos ao trabalho!



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,  
Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-000,  
Brasília-DF – Brasil  
Telefone: (61) 328-1664  
Fax: (61) 328-2336

E-mail: [cfemea@cfemea.org.br](mailto:cfemea@cfemea.org.br)

Home page:  
<http://www.cfemea.org.br>

#### Conselho Deliberativo:

Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria José Rosado e integrantes do Colegiado Diretor: Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

#### Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith Saffoti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margareth Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salete Maccaloz, Sônia Correa, Sueli Carneiro

#### Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberto Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin, Sílvia Pimentel

#### Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth Barreiros, Tereza Montenegro, e Maria do Carmo Seabra

#### Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandes Cavalcante, Aldnéia Viana de Araújo, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Fabiana Zamora, Gilda Cabral, Iáris Ramalho Cortês, Iéri Barros Luna, Miria de Oliveira Maciel, Sérgio Gomes Timóteo e Sônia Malheiros Miguel.

#### Conselho de Parlamentares do

##### Programa DIREITOS DA

##### MULHER NA LEI E NA VIDA:

Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Yeda Crucius e Zulaia Cobra. Deputados Alceu Colares, Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, João Grandão, José Genoíno, Miro Teixeira e Paulo Paim. Senadoras Emília Fernandes e Maria do Carmo Alves. Senadores Ademar Andrade, Lúcio Alcântara e Roberto Freire.

#### Jornalista Responsável:

Michelle Cristiane Lopes Barbosa  
RP 4825/DF

#### Apoio:

Fundação FORD, FNUAP e UNIFEM

#### Tiragem:

13.000 exemplares.

#### Editoração Eletrônica:

Eduardo Meneses  
Elzimar Moreira

#### Impressão:

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

## Observatório da Cidadania analisa políticas sociais



O Observatório da Cidadania lançou 5ª edição de seu relatório, avaliando desempenho de 166 países com relação aos compromissos assumidos no Ciclo de Conferências Sociais das Nações Unidas, realizado na década de 90. A publicação é produzida, anualmente, desde

1997. O estudo mais recente informa o que melhorou e o que piorou no mundo, a partir das políticas sociais. Está dividido em quatro seções: Informes Temáticos, Panorama Brasileiro, Panorama Mundial e uma seção de tabelas, com dados atualizados de cada país.

Os indicadores apresentados no relatório mostram que a maioria dos países não atingiu as metas sociais estabelecidas pela ONU para 2000. Os 20% mais ricos da população mundial ganham 74 vezes mais do que os 20% mais pobres. As 200 pessoas mais ricas do mundo possuem mais dinheiro do que a renda combinada dos 40% mais pobres.

Infelizmente, são muitos os dados que mostram aumento ou diminuição insuficiente da pobreza. Por todo o planeta, e de diferentes maneiras e proporções, a desigualdade atinge tanto os países desenvolvidos quanto aqueles que estão em desenvolvimento.

Além das tabelas, o relatório possui artigos de diversos especialistas sobre: pobreza, desigualdades sociais, discriminação racial e diferenças de gênero, além de uma análise sobre a importância da Conferência Internacional sobre Financiamento e Desenvolvimento (CIFD), prevista para acontecer no México, em março deste ano.

### Desigualdade entre gêneros

Com relação à situação da mulher no mundo, verifica-se que na maioria dos países analisados (81%) houve melhoria da expectativa de vida da mulher no período 1990-1998. Porém, constatou-se um retrocesso preocupante em 28 países (15%). No que diz respeito ao analfabetismo feminino, a informação disponível em 1990-1995 e 1999 mostra que 79% dos países tiveram algum avanço, enquanto 12% registraram aumento do analfabetismo feminino.

A situação mais negativa é a taxa de matrícula feminina líquida na escola primária, correspondente a esse mesmo período. Neste aspecto, somente um pouco mais da metade dos países (55%) conseguiu algum avanço, enquanto houve retrocessos em 33%. Em 12%, a situação não sofreu

Pedidos de exemplares: (21) 2509-0660  
ou [observatorio@ibase.br](mailto:observatorio@ibase.br)

### Saiba mais sobre o Observatório da Cidadania (Social Watch)

O Observatório da Cidadania faz parte da rede de organizações da sociedade civil internacional Social Watch. A idéia de estabelecer, no âmbito da sociedade civil, mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação do cumprimento da agenda do Ciclo Social surgiu em 1995 entre ONGs que participavam da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Social, em Copenhague.

O principal objetivo é garantir que o mesmo esforço de participação e lobby, que aconteceu durante a preparação e negociação das Conferências, continue na implementação dos acordos nacionais e internacionais. No Brasil, o Observatório da Cidadania acompanha os passos do Governo a partir dos acordos assumidos nas conferências temáticas. Compõem o Grupo de Referência as seguintes ONGs: Ibase, Cedec, Fase, Inesc e SOS Corpo.



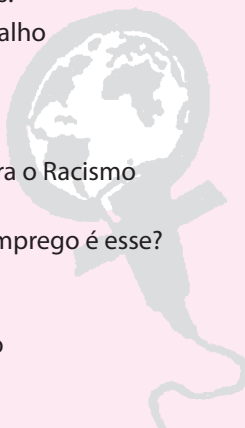
O programa de tevê "Mulheres Trabalhando" está no ar! Transmitido diariamente pela TV Comunitária de Brasília (Canal 11 - Net), 11h e 23h, o programa é parte do projeto desenvolvido pelo CFEMEA "Relações de Gênero no Mundo do Trabalho: Direitos e Realidades". Visa promover debates sobre a situação de trabalho da mulher e as desigualdades

de gênero. A iniciativa é financiada pelo Fundo para a Equidade de Gênero da Agência Canadense de Cooperação Internacional - FIG/CIDA. Tem parceria com as secretarias de mulheres das centrais sindicais CUT, SDS, Força Sindical e CGT, além do apoio da Contag, Flacso (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais) e do Dieese.

Atualmente, o programa também está sendo transmitido pela TV Comunitária de São Paulo (Canal 14 - Net e TVA).

A seguir, os temas de programas que já foram veiculados:

- Pesquisa Dieese: situação da mulher no mundo do trabalho
- Trabalhadoras Rurais: conquistas e desafios
- Legislação e conquista dos direitos das mulheres
- Assédio Sexual
- Democracia Racial e Gênero: Conferência Mundial contra o Racismo
- Gênero e Raça: ações afirmativas, renda e escolaridade
- As mulheres ganharam espaço no mercado. Mas que emprego é esse?
- Perfil das chefias femininas, no Brasil
- Precarização do trabalho no meio rural
- Trabalhadoras no Climatério: dificuldades e preconceito
- Direitos das trabalhadoras soropositivas ou com Aids



## Mais um ano de lutas se foi, com ganhos e perdas. O Congresso Nacional entrou de recesso no dia 28 de dezembro após a votação do Orçamento da União de 2002, devendo retomar suas atividades em 15 de fevereiro.

Árias matérias ficaram para ser apreciadas após o recesso, como por exemplo o Projeto de Lei nº 2279/99, que autoriza a criação do Disque-Denúncia de violência contra a mulher; o PL 2372/00, que dispõe sobre o afastamento cautelar do agressor da habitação familiar; e o PL 4493/01, que estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviço de urgência e emergência. Todos eles tiveram aprovado o pedido de urgência. Portanto, estão no Plenário da Câmara dos Deputados aguardando a votação. Esses projetos fazem parte daquela lista apresentada pela Bancada feminina ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Aécio Neves (PSDB/MG) durante as comemorações do dia 25 de novembro (Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher).

O PDC 1357/01, que submete ao Congresso Nacional o Protocolo da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), já foi aprovado no



Plenário da Câmara e encaminhado ao Senado Federal, onde deverá ser submetido à sua apreciação logo após o término do recesso.

Como acontece no início de todos os anos, o Congresso passará por algumas alterações, pois haverá a eleição de novos líderes partidários e de novos presidentes de Comissões Temáticas. As escolhas devem acontecer

nas primeiras três semanas após o início dos trabalhos. Dessa forma, entendemos que provavelmente os Projetos de Lei acima mencionados e outros de nosso grande interesse serão apreciados no início de março.

Fora essa conjuntura - que é normal no início de todo ano legislativo - também contamos com um ano eleitoral, um ano em que haverá uma baixa nas atividades legislativas decorrente da ausência dos parlamentares em Brasília a partir de junho, quando se dará início às campanhas eleitorais. Portanto, não devemos e nem podemos criar grandes expectativas para os próximos quatro meses, a não ser garantir, pelo menos, que a pauta já assumida pelo deputado Aécio Neves seja efetivamente discutida e votada no Plenário da Câmara dos Deputados, bem como a aprovação do Protocolo da CEDAW no Senado Federal.

### Benefício Fiscal para empresas que empregam mulheres

O PL nº 2417/89, de autoria da deputada federal Rita Camata (PMDB/ES), foi rejeitado na Comissão de Finanças e Tributação, no final do ano passado. O projeto que dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas beneficiava diretamente as mulheres trabalhadoras pois, de acordo com o texto, as empresas que contarem com mais de 50 empregados poderão abater de seu lucro operacional, para fins de Imposto de Renda, até 30% do montante de salários pagos, no ano-base, a empregados do sexo feminino, sempre que, comprovadamente, apliquem, no mínimo, 50% do valor abatido em treinamento e qualificação da mão-de-obra por elas empregada. A proposta é uma exigência antiga do movimento de mulheres e foi uma das nossas primeiras reivindicações, ao Legislativo, após a promulgação da Constituição Federal em 1988. Caso o projeto seja arquivado, temos a possibilidade de apresentá-lo no próximo ano, quando se iniciará uma nova Legislatura.

### Licença-maternidade para mãe adotiva está na reta final

O PLC nº 101/2001 de autoria da deputada federal Fátima Pelaes (PSDB/AP), que estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário maternidade, já está quase virando lei. O projeto prevê que a licença será de 120 dias, sem prejuízo do salário e do emprego se a criança tiver até um ano de idade; se a criança tiver de um a quatro anos de idade, a licença será de 60 dias. A partir de quatro até oito anos de idade, o período de licença será de 30 dias. Por fim, incorrerá em multa o empregador que obstar seu pleno gozo.

O projeto, que já encerrou sua tramitação na Câmara dos Deputados, encontra-se no Senado. No final do ano, foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais daquela Casa, seguindo agora para o Plenário. Como a proposta já veio da Câmara acordada com o Ministério da Previdência Social acreditamos que não haverá problemas, no Plenário, para sua votação. Logo após, o projeto seguirá para a sanção presidencial. Vamos tentar fazer com que essa vitória aconteça nas comemorações do 8 de março.

### Licença especial para gestante em situação de risco

O PL nº 2852/00 de autoria dos deputados Professor Luizinho (PT/SP) e Iara Bernardi (PT/SP) foi aprovado na CSSF, seguindo agora para a CCJR. O projeto dispõe sobre a concessão de licença especial para gestante cuja gravidez ofereça risco para si ou para o nascituro. A gestante passa a ter o direito de se afastar de suas atividades profissionais pelo tempo necessário para prevenir o risco, sem que a mesma perca, após o 16º dia, 20% de sua remuneração, conforme dispõe a legislação que trata do afastamento dos trabalhadores por motivo de saúde. A solicitação de afastamento será feita por ginecologista/obstetra credenciado do SUS e laudo comprobatório, obrigando o empregador a pagar a diferença entre o salário e o benefício.

### Orçamento 2002 é sancionado pelo Executivo

No dia 9 de janeiro, o Presidente da República sancionou o Orçamento da União para 2002, sem alterar a programação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

O projeto "Apoio à Implantação de Abrigos para Mulheres em Situação de Risco", que está dentro do orçamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), recebeu um montante de R\$ 2.605.000,00 (Dois milhões e seiscentos e cinco mil reais). Agora, o próximo passo para o movimento de mulheres é entrar em contato com o CNDM para saber a data em que o Conselho vai começar a receber os projetos para construção de novas casas abrigos.

## PROPOSIÇÕES QUE TRAMITARAM NO CONGRESSO NACIONAL

### VIOLÊNCIA

Nº da Proposição/Ementa	Tramitação
PDC 1357/01 - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinado pelo Governo brasileiro em 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova York. <b>Autor:</b> Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	Aprovado no plenário da Câmara dos Deputados.
PL 2279/99 (PLS 102/99 na origem) - Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher. <b>Autor:</b> Sen. Emília Fernandes (PT/RS).	Aprovado na CSSF, parecer favorável da relatora Dep. Rita Camata (PMDB/ES).
PL 2372/00 - Dispõe sobre o afastamento cautelar do agressor da habitação familiar. <b>Autor:</b> Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ).	Aprovado na CCJR, parecer favorável da relatora Dep. Zulaiê Cobra (PSDB/SP).

### SAÚDE

Nº da Proposição/Ementa	Tramitação
PL 3498/00 - Institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Próstata, bem como os males dele originários. <b>Autor:</b> Dep. Celso Giglio (PTB/SP).	Aprovado na CSSF, parecer contrário da relatora Dep. Lídia Quinan (PSDB/GO).
PL 3544/00 - Estabelece a obrigação do uso de etiquetas de orientação sobre prevenção do câncer de próstata nas roupas íntimas masculinas fabricadas ou comercializadas no Brasil. <b>Autor:</b> Dep. Djalma Paes (PSB/PE).	Aprovado na CSSF, parecer favorável da relatora Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ).
PL 3991/00 - Dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares e dá outras providências. <b>Autor:</b> Sen. Tião Viana (PT/AC).	Aprovado na CSSF, parecer contrário do relator Dep. Carlos Mosconi (PSDB/MG).
PL 4089/98 - Institui o exame ginecológico preventivo gratuito, inclusive exame de mamografia, custeados pelo SUS. <b>Autor:</b> Dep. Enio Bacci (PDT/RS).	Aprovado na CCJR, parecer favorável do relator Dep. Fernando Coruja (PDT/SC).

### TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Nº da Proposição/Ementa	Tramitação
PLC 101/01 (PL 1733/96 na origem) - Dá nova redação ao artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Estabelecendo que a empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias. <b>Autor:</b> Dep. Fátima Pelaes (PSDB/AP).	Aprovado na CAS, parecer favorável da relatora Sen. Marina Silva (PT/AC).
PL 220/99 - Acrescenta incisos ao artigo 473 da CLT, para dispor sobre faltas justificadas em caso de enfermidade de filho. (Poderá o empregado faltar até três dias úteis, em caso de enfermidade de filho de até cinco anos, ou no período de tempo atestado em laudo médico, em caso de doença infecto-contagiosa da criança). <b>Autor:</b> Dep. Pedro Valadares (PSB/SE).	Aprovado na CTASP, parecer favorável do relator Dep. Medeiros (PL/SP).
PL 2417/89 - Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona. (Concedendo o direito de abater até 30% do montante de salários pagos, no ano-base, a empregados do sexo feminino, sempre que comprovarem aplicar, no mínimo, 50% do valor abatido em treinamento e qualificação de mão-de-obra, aplicando o artigo sétimo, inciso XX da nova Constituição Federal. <b>Autor:</b> Dep. Rita Camata (PMDB/ES).	Aprovado na CFT, parecer contrário do relator Dep. Pauderney Avelino (PFL/AM).
PL 2852/00 - Dispõe sobre a concessão de licença especial para gestante em situação de risco e dá outras providências. <b>Autor:</b> Dep. Professor Luisinho (PT/SP).	Aprovado na CSSF, parecer favorável do relator Dep. Dr. Rosinha (PT/PR).

### DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURA

Nº da Proposição/Ementa	Tramitação
PL 2073/99 - Dispõe sobre a reserva de imóveis, construídos por programas habitacionais, à mulher sustentáculo de família e dá outras providências. <b>Autor:</b> Dep. Marcos de Jesus (PTB/PE).	Aprovado na CSSF, parecer contrário a este e favorável ao PL 2488/00 apensado, do relator Dep. Armando Abílio (PSDB/AP).

Ilustração - Revista mulher/empres nº 83

#### Legenda:

CAS - Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.  
 CCJR - Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados;  
 CFT - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados;  
 CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados;

# Contra os fundamentalismos, o fundamental é a gen-

Articulação Feminista Marco-Sul lança Campanha durante 2º Fórum Social Mundial

Religioso, político, econômico, científico ou cultural, o fundamentalismo é sempre político e prospera em sociedades que negam a humanidade, na sua diversidade, e que legitimam mecanismos violentos de sujeição de um grupo pelo outro, de uma pessoa pela outra. Essencialmente excludentes e belicosos, os fundamentalismos minam a edificação de um projeto de Humanidade onde todas as pessoas tenham direito a ter direitos, sacrificando, com requintes maiores de perversidade, a vida das mulheres.

É preciso “amplificar vozes que firmemente se opõem às práticas, discursos e representações sociais discriminatórias, que submetem pessoas a situações de opressão, ou vulnerabilidade.” Este é o principal objetivo da Campanha “Contra os fundamentalismos, o fundamental é a gente”, que a Articulação Feminista Marco-Sul pretende lançar durante o 2º Fórum Social Mundial (FSM). O evento será realizado entre os dias 31 de janeiro e 5 de fevereiro, em Porto Alegre (RS).

Reconhecendo as diferenças e afirmando a solidariedade, reivindicando a igualdade e afirmando

a diversidade, esta Campanha propõe patamares para a solução negociada dos conflitos, em todas as esferas da vida: na intimidade, na privacidade, ou na vida pública.

Para Guacira Cesar Oliveira, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), “o maior desafio é participar de debates sobre as alternativas para ‘outro mundo possível’, a partir de novos paradigmas civilizatórios baseados numa cultura dos direitos humanos e da diversidade”. O FSM seria o espaço ideal para uma reflexão sobre a urgência de se incorporar a cultura dos Direitos Humanos como eixo construtor de alternativas de transformação.

Durante o Fórum, a Articulação pretende mostrar, em dinâmicas e reflexões, o impacto dos diversos tipos de fundamentalismo na vida das mulheres, e suas resistências frente a eles. Entre as principais atividades, está prevista a abertura de um espaço de vozes onde mulheres, de diferentes regiões do mundo, compartilhem suas vivências e resistências. Os testemunhos

abordarão situações particulares de conflito em nível global, desvendando como os fundamentalismos, seja religioso, político ou econômico, atingem as mulheres do Afeganistão e Oriente Médio, da Europa do Leste, das Américas, da África e da Ásia.

[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br) ou [www.mulheresdelsul.org.br](http://www.mulheresdelsul.org.br)



A seguir, trechos do posicionamento sobre os Fundamentalismos, elaborado pela Articulação Feminista Marco-Sul a ser divulgado durante o 2º Fórum Social Mundial:

## Em nome de Deus

O fundamentalismo religioso está presente em diferentes doutrinas. Na tradição guerreira dos filhos de Abraão - judeus, cristãos e muçulmanos - as vertentes fundamentalistas se sustentam na convicção tribal de serem, cada um destes, o povo escolhido, presenteado com a revelação de um único e verdadeiro Deus. São vertentes que arregimentam ‘rebanhos’ disciplinando-os para que resistam a qualquer transformação, sob pena de receber como castigo a dor e o sofrimento.

O fundamentalismo judeu persegue a meta de construção do Estado de Israel do tamanho que se anuncia na Bíblia Hebraica. O fundamentalismo islâmico quer fazer dos ensinamentos do

Alcorão a única forma de vida, de moral, de política e de organização do Estado entre os islâmicos em todo o mundo. A evangelização católica justificou, na colonização da América, a dominação de milhões de seres humanos em suas próprias terras, destruindo vidas e culturas. Foi com argumentos buscados em ‘bases divinas’ que a ideologia racista usurpou, dos povos indígenas e africanos, sua condição humana.

Independentemente dos objetivos de cada fundamentalismo, uma coisa é certa: há um ponto de convergência entre todos eles: todos querem dominar, controlar, sujeitar violentamente os corpos, as sexualidades, as subjetividades, as vidas das mulheres.

Por quase tudo mais podem declarar uma guerra ou promover um ato de terror de dimensões catastróficas como foi o ataque ao World Trade Center. Mas não importa de onde venham, se da Casa da Branca, das mesquitas azuis, de alguma catedral ou sinagoga, os fundamentalistas invariavelmente se encontram para impor sua verdade única, sua única voz sobre todas as vozes e para destituir as mulheres de seus direitos humanos, dos seus direitos ao prazer, a exercer livremente a sua sexualidade, a decidir por um aborto, ou a ocupar um espaço de poder.

# Outro mundo melhor é possível

Ao longo da história da humanidade, a violência imposta por diferentes expressões do fundamentalismo vem deixando feridas abertas. O remédio de novas guerras não tem cicatrizado essas marcas. Ao contrário, tem produzido sociedades ainda mais atemorizadas, sofridas, doentes e mutiladas.

Não são novas as forças que movem os motores da injustiça e da guerra que hoje funcionam a pleno vapor em várias partes do planeta Terra. Mas é preciso que sejam novos os olhares sobre elas, para que possamos compreender sua engrenagem e perceber qual combustível as alimenta.

Um dos elementos vitais para os fundamentalismos sobreviverem e/ou ressuscitarem é a existência de condições propícias à aceitação da dominação. Por isso, é preciso desfazer os condicionamentos que nos levam a aceitar - nas relações mais íntimas até aquelas que se desenvolvem na esfera pública - como natural o domínio pela coerção, que se funda na relação mais elementar entre seres humanos, baseada na sujeição da mulher pelo homem.

É preciso reconhecer o androcentrismo e etnocentrismo presentes em tantos projetos e práticas políticas que garantem supremacias. Reconhecer que o dito "universal" e suas bases políticas de igualdade de direitos, ergueu-se sobre alicerces brancos, masculinos, ocidentais e heterossexuais,

e sobre a incapacidade para o diálogo, a negociação e a inclusão. Isto significa questionar estes paradigmas, sustentando o desafio de construir alternativas radicais para enfrentar os inúmeros conflitos, inclusive entre civilizações e culturas. Trata-se de um processo constante de vigilância e auto-crítica, orientado pela ética dos direitos humanos e pelos valores democráticos para edificar a verdadeira solidariedade.

**É preciso denunciar qualquer expressão do fundamentalismo, em qualquer parte, e recusar "o pequeno e indesejável fundamentalista" que persiste em cada um, ou cada uma de nós.** Os fundamentalismos só podem ser superados com a transformação dos indivíduos, dos cidadãos e cidadãs, dos sujeitos políticos. Isto significa limpar o terreno e semear o campo para que possam germinar relações políticas e econômicas igualitárias, equânimes, solidárias e éticas. Cuidar para que frutifique uma sociedade mais instigante e excitante, onde as diversidades sexual, racial, religiosa, étnica e de toda a natureza, possam de fato ser valorizadas.

Mais que isto, os seres humanos querem e precisam concretizar relações íntimas, verdadeiramente afetivas e prazerosas, igualitárias, baseadas no respeito, no cuidado e na confiança

mútua.

É preciso que a construção da cidadania global seja alimentada pela possibilidade de imaginar um futuro onde todas as pessoas tenham futuro. Neste novo milênio, a humanidade deve ser capaz de construir espaços coletivos para que as diversas identidades participem da construção de um "nós" inclusivo, plural, mutante, e não isento de conflito. Esta é a dimensão básica de uma tarefa política alternativa.

Um outro mundo é possível. Mais que isto, um outro mundo, muito melhor, é possível.

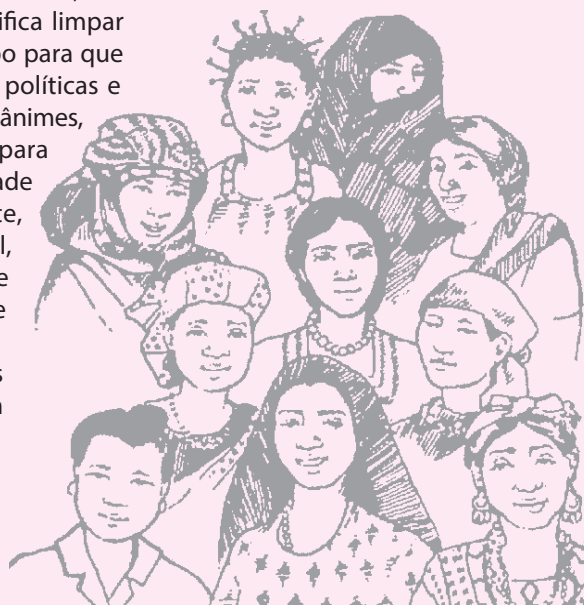


Ilustração - Revista mujer/salud 4/97

## Em nome do Mercado

O Mercado é uma espécie de divindade contemporânea, que ocupa o lugar do Deus único e da verdade absoluta, inerentes a todos os fundamentalismos. Em nome dessa verdade absoluta, os homens que governam, a exemplo dos demais, produzem conflitos inegociáveis e promovem a guerra, a violência, a exclusão, a discriminação, o individualismo e a destruição da natureza.

Os seguidores do Mercado também rezam por uma Bíblia: adotam uma vertente da 'tradição' capitalista com perfil de pensamento único. Também na lógica do Mercado existem os eleitos. Estes são machos, brancos, originalmente - mas não

exclusivamente - ocidentais do norte e formalmente heterossexuais. O Mercado se serve do sexismo, do racismo e da etnicização da força de trabalho. Utiliza-se, de ideologias discriminatórias, profundamente introjetadas por parcelas significativas das populações do planeta, para saciar sua voracidade pela ampliação dos lucros e manter suas hegemonias. Também no Mercado há uma concentração de esforços para controlar a sexualidade humana, em especial a das mulheres.

O Presidente da maior potência capitalista do mundo, George W. Bush, eleito com o apoio de grupos religiosos fundamentalistas, está para o fundamentalismo de Mercado, como

alguns mullas e arcebispos estão para os fundamentalismos muçulmano ou católico. Um dos grandes temas de sua campanha eleitoral foi a proibição do aborto. Assim que assumiu a presidência Bush assinou a Lei Mordaça, proibindo que os recursos governamentais destinados à cooperação internacional fossem destinados a programas de saúde reprodutiva que lidam com a questão do aborto, mesmo sendo apenas a título de oferecer informações às mulheres.

## ELEIÇÕES GERAIS - 2002

**A**no 2002! Ano de Eleições Gerais! Dentro de poucos meses, estaremos escolhendo nov@s, governadores/as, deputad@s federais, estaduais e distritais, bem como senadores/as. Também iremos definir o novo ou a nova Presidente da República. Apesar das campanhas eleitorais não terem iniciado oficialmente, a corrida rumo aos cargos de poder já começou. Quanto à disputa pelo Palácio do Planalto, pela primeira vez, na história do país, uma mulher está ganhando espaço e visibilidade. Percebe-se a simpatia do eleitorado brasileiro em relação à governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Para @s mais atent@s aos acontecimentos políticos, o fato não deveria ser novidade. As pesquisas de opinião já apontavam o apoio da sociedade brasileira às candidaturas femininas. Conforme a pesquisa CNT/Sensus, realizada em setembro de 2001, a maioria d@s brasileir@s acredita que, quando ocupam cargos públicos - como prefeituras ou governos estaduais - as mulheres são mais honestas, responsáveis, confiáveis, competentes, mais firmes e mais capazes que os homens.

A mesma pergunta foi feita em janeiro de 2000, quando havia menos mulheres em cargos públicos eletivos. Entre um levantamento e outro, a balança ficou ainda mais favorável ao poder feminino. Naquela época, 57% d@s entrevistad@s consideravam que a mulher em cargos públicos é mais honesta do que o homem. No último levantamento, essa parcela subiu para

59%. No quesito "mais competente", o crescimento foi de 43% para 47,5%. Quanto à "firmeza", a alteração foi de 41% para 45%.

Ser mulher conta ponto na corrida eleitoral. E esta é uma vitória que tem de entrar no cômputo dos movimentos de mulheres. Das sufragistas do início do século passado até as mulheres sem medo do poder de agora, construiu-se na disputa política entre os gêneros um lugar de valorização da mulher. Roseana Sarney agora, assim como Marta Suplicy nas eleições municipais de São Paulo, alcançaram um tal grau de aceitação na opinião pública que têm o poder de pautar a agenda dos outros candidatos. De trajetórias na vida pública absolutamente distintas e caminhando por partidos opostos, elas pautaram no debate eleitoral o tema da discriminação contra a mulher. Agora, nenhum candidato à Presidência da República tem como escapar da discussão. É hora de aproveitarmos a oportunidade.

Com o objetivo de ouvir lideranças do movimento feminista sobre o assunto, apresentamos a seguinte pergunta a diversas mulheres: **o que a pré-candidatura à Presidência da República, de Roseana Sarney, suscita no cenário político brasileiro?**

Esperamos que os pontos de vista possam contribuir para uma séria reflexão sobre o poder do nosso voto, no sentido de promover uma verdadeira mudança sócio-política e econômica em nosso país. A seguir, as respostas que recebemos:

**"A**s feministas perguntam-se: queremos mais mulheres na política ou queremos mulheres com consciência feminista?

No caso de Roseana, sabemos todos, ela não é feminista, é filha da oligarquia. Sem desmerecer sua candidatura, vamos pensar que o PFL estava sem quadros e bastante alquebrado com os últimos acontecimentos, envolvendo líderes maiores em crimes de corrupção. Deste modo, a candidatura Roseana representa a continuidade oligárquica que pratica a política tradicional brasileira na defesa secular de seus interesses.

Ter consciência feminista significa saber que os problemas de não-cidadania das minorias no país, entre elas as mulheres, são decorrentes de uma estrutura social cujos valores as discriminam. Participar é lutar pela mudança destes valores. Tudo indica que Roseana não responsabilizará o status quo pelas dificuldades que as mulheres enfrentam no seu dia a dia.

Lúcia Avelar - cientista política

**"H**á certa perplexidade no panorama eleitoral brasileiro. Roseana, mulher, inteligente, jovem, bonita, simpática, esposa, filha, mãe e avó, e com larga experiência política legislativa e executiva, está cativando o nosso eleitorado, farto de políticos corruptos. Muitas das críticas à sua candidatura se devem ao fato dela pertencer a um partido conservador - o PFL, e ao clã Sarney, ou são fruto de discriminações de gênero, e do tabu que significaria uma mulher no mais alto cargo executivo do país? Em que medida está sendo desconsiderada ou mini-mizada (ou não) a autonomia com que Roseana tem se desempenhado politicamente, antes, no Congresso Nacional, e agora, como governadora do Estado do Maranhão? Estará ela comprometida em buscar a superação das graves dificuldades vivenciadas pelas mulheres brasileiras? Enfim, há contradições que precisam ser refletidas. Cabe a nós, mulheres feministas e defensoras da justiça social, apresentarmos a ela plataforma corajosa e radical. Só então, após sua manifestação de compromisso ou não, nós deveremos demonstrar apoio ou não à sua candidatura".

Sílvia Pimentel - CLADEM  
Professora de Filosofia do Direito (PUC/SP) e Coordenadora Nacional do CLADEM /Brasil

**"N**ós defendemos que as mulheres estejam no poder, mas é preciso que elas estejam comprometidas com as mulheres populares. Eu acho que a eleição de Roseana não iria mudar nada na nossa vida, porque ela é comprometida com o sistema que já está aí."

Lenira Maria de Carvalho,  
integrante do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos



# Mulheres no Poder

**"N"** o cenário brasileiro, uma candidata à Presidência da República é um fato novo e de grande repercussão. Quanto à figura em questão: de Roseana Sarney, com certeza não significará obrigatoriamente aplicar o slogan "mulher vota em mulher", porque o voto na mulher candidata não se desvincula da proposta política que a mesma representa.

Trabalhei durante anos no Estado do Maranhão e ainda assessoro grupos de mulheres - especialmente de extrativistas - para quem a distância entre o discurso e a prática política necessita ser encurtada com muita urgência, por homens e principalmente por mulheres que se candidatam a postos de representação de um povo como é o povo brasileiro".

Moema Viezzer - socióloga, consultora em gênero e educação e fundadora da Rede Mulher de Educação

**"A"** pré-candidatura Roseana Sarney traz um novo e poderoso elemento para o cenário político brasileiro: o reconhecimento de que votar em mulher tem trânsito em nossa sociedade. Entretanto, é preciso ter consciência que não é o sexo biológico que define o grau de solidariedade à luta pela emancipação e empoderamento das mulheres, mas sim o projeto político em que esta candidatura está inserida".

Virgínia Feix - advogada, especialista em Direitos Humanos e Sociologia Jurídica. Coordenadora executiva da Themis-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

**"A"** Trajetória histórica de luta do Movimento de Mulheres no Brasil é identificada com a construção de uma sociedade democrática, popular e igualitária. Ou seja, é uma luta de combate à desigualdade de gênero, raça e classe. Portanto, a pré-candidatura de Roseana Sarney à Presidência do Brasil jamais se identificará com a luta das mulheres e com o projeto político que queremos para o nosso país".

Raimundinha de Mascena - trabalhadora rural, sindicalista e coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG

**"A"** Roseana está cooptando o discurso feminista de maneira abstrata, sem propostas concretas. Parece-me vazio tal como o discurso de esquerda usado pelos políticos de direita em épocas eleitorais. Não acredito que uma pessoa que está comprometida até os cabelos possa fazer alguma coisa pelas mulheres, e nem pelos homens. Estou muito irritada com essa questão da Roseana. Isso porque ela está faturando com a idéia do feminismo, que já está no inconsciente coletivo. Tudo indica que ela e seus marqueteiros estão usando uma estratégia de espetáculo, em cima da figura da mulher".

Rose Marie Muraro - escritora, editora e feminista

**"E"** sta é uma candidatura oportunista, até pelo momento que o Brasil está passando, onde não há oportunidade de melhora de vida e as pessoas brasileiras não têm formação política. No programa, ela até finge que rompe com o patriarcado, mas não é nada disso. Eu, como militante dos direitos humanos dos povos indígenas, acredito que sua eleição seria um desastre para o Brasil, porque seria dar continuidade a tudo que está aí".

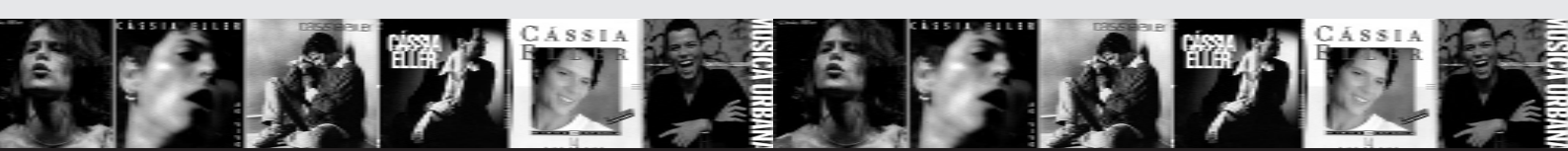
Azelene Kaigáng - socióloga e representante do Povo Indígena Kaigáng (RS)

**"E"** u detesto o que a Roseana significa. Essa coisa da oligarquia que se mantém no poder, encarnada em uma mulher. O interessante é saber que existe um espaço de poder para as mulheres, a esquerda não está preparada pra isso e a candidatura vem da direita. Isso já aconteceu antes, quando também foi a direita que trouxe um negro para a prefeitura de São Paulo".

Jurema Werneck - médica e coordenadora da organização Crioula

**"A"** apresentação de um amplo leque de candidaturas no processo eleitoral é parte do jogo político de países que possuem democracia representativa. Nesse sentido, devem ser consideradas todas as candidaturas que se colocam no debate democrático, inclusive a de Roseana Sarney. No entanto, não a identifico como uma candidata das mulheres, pelo fato de ser mulher! Aliás, melhor seria... Mas não vejo na biografia política de Roseana Sarney, nem na história do seu partido, o PFL, um envolvimento com a luta pelos direitos das mulheres em nosso país, ou mesmo em seu Estado. Como também não vejo um envolvimento semelhante com questões que estão intimamente vinculadas à essa luta - às lutas contra as desigualdades sociais e contra as desigualdades raciais. Ressalto, isto sim, que também é parte desse jogo democrático eleitoral buscarmos a verdadeira existência de laços. Creio que, neste caso, há inexistência de laços entre o discurso e a prática, entre a fala e a ação, entre a propaganda política e a realidade".

Maria Isabel Baltar da Rocha - socióloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos e População (NEPO/Unicamp)



## Obrigado, Cássia Eller!

**N**os últimos dias do ano, boa parte dos brasileiros ficou meio zonha com a notícia de que a cantora Cássia Eller havia morrido. Era (e ainda é) estranho conceber que todo aquele talento, que era muito bem temperado com atitude, simplesmente não vibrava. E já tão cedo.

Um querido amigo meu diz que tinha medo da Cássia Eller, tamanha era sua pose de comigo-ninguém-pode. "Parece que ela queria me bater!", diz ele de forma crível. Pensando bem, ela batia. E com força! Mas não em meu amigo, que é muito sensível e tampouco mereceria isso, mas na cara de uma sociedade hipócrita e desrespeitosa.

Final de contas, que história é essa de ela ser lésbica e dizer isso de forma natural, sem se envergonhar? Como ela tinha a ousadia de dizer na televisão que vivia um maravilhoso relacionamento com outra mulher e que criavam um filho juntas? E mais, que a criança era feliz!? As pessoas preconceituosas não se conformavam com o fato dela considerar sua afetividade como algo... normal.

Além do grande talento musical, Cássia era admirada por gays e lésbicas pela atitude verdadeira em relação a sua sexualidade. É claro que não devem existir regras nem pressões na questão de assumir ou não a homossexualidade, mas é bom saber que uma pessoa com projeção nacional se colocou como lésbica, mostrando que a homossexualidade é uma expressão sexual tão válida, natural e bonita quanto qualquer outra.

Se, em vida, Cássia contribuiu para a nossa caminhada rumo ao reconhecimento e a uma vida plena, a sua morte não foi menos importante. Sim, está sendo uma troca difícil,

mas mesmo em um instante tão ruim, a sua grandiosidade como pessoa continua a brilhar. Com a sua morte, o relacionamento de Cássia com a companheira Eugênia ganhou as principais manchetes da imprensa no início do ano. E junto a isso vieram dois fatos que, com certeza, causaram muita reflexão em quem, até agora, não aceitava a homossexualidade. Cássia ainda tinha muito a provocar. A vida conjunta de 14 anos de Cássia e Eugênia mostrou o quão profundo pode ser o amor entre duas pessoas do mesmo sexo. É claro que isso sempre existiu e existirá,

---

**"O movimento homossexual brasileiro vê, neste primeiro trimestre, um momento propício para exigir a votação no Congresso Nacional do Projeto de Parceria Civil".**

---

mas um caso público como esse é importante porque dribla a cegueira voluntária e covarde das pessoas e contrapõe a imagem de efemeridade e desequilíbrio que tentam impor aos relacionamentos homossexuais. Muitos até devem ter se surpreendido, pois compararam esse caso com a vida de conhecidos ou a sua própria e verificaram que muitos relacionamentos héteros já não possuem tanta força.

O fato do Chicão, filho natural de Cássia, ter feito questão de ficar com sua outra mãe, como ele sempre diz, também foi um tapa na cara de indivíduos preconceituosos e, principalmente, conservadores religiosos. Entre os argumentos

pífios e vazios que essas pessoas arrolam para combater a adoção e criação de um filho por pais gays ou mães lésbicas estão a provável instabilidade emocional da criança. Essa consequência, além de ser refutada veementemente pela Psicologia, nega o pilar que sustenta uma família, independente do número ou do sexo das pessoas: o amor.

A visibilidade que Cássia Eller conquistou está fazendo com que a opinião pública brasileira reveja seus pré-conceitos e se questione se realmente é humano e digno negar direitos fundamentais a gays e lésbicas. A discussão é tanta que o movimento homossexual brasileiro vê, neste primeiro trimestre, um momento propício para exigir a votação no Congresso Nacional do Projeto de Parceria Civil, que está há seis anos nos corredores da Casa por causa da oposição da bancada católica e evangélica.

Assim, Cássia, por sua força de mulher e lésbica, e sobretudo, humana, obrigado por ter contribuído de forma tão digna pela construção de uma sociedade mais igualitária em sua diversidade. Vamos continuar a lutar e a ser felizes!

---

Welton Trindade  
Presidente do Estruturação - Grupo Homossexual de Brasília. Vice-presidente da Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas e Travestis de Brasília.



# Sou cidadã, conheço meus direitos

## Crime de Racismo

O ano de 2001 foi muito importante para todas as pessoas que se preocupam com a questão do racismo. Discussões sobre o tema tomaram conta de muitas organizações não governamentais e dos estados/países que compõem a Organização das Nações Unidas - ONU. Tudo isto por causa da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrida em agosto/setembro em Durban, África do Sul.

No Brasil, como em outros países, houve diversas reuniões preparatórias para a Conferência, das quais o movimento de mulheres participou, com muita capacidade e determinação.

Trataremos neste número sobre o significado do racismo e suas implicações em nossa legislação.

### O que é o racismo

O racismo é uma doutrina que sustenta a superioridade de determinadas raças humanas sobre outras, em razão de sua etnia, ou seja, pela origem biológica e cultural.

No Brasil, o racismo contra os povos africanos escravizados pelos portugueses e trazidos para cá foi, durante 300 anos, um comportamento oficializado. Os índios, habitantes destas terras também sofreram preconceitos raciais em razão de suas etnias. Essas duas raças/etnias são as que mais sofrem com a discriminação, que perdura até os dias de hoje.

A abolição da escravatura ocorreu em 1888, com a Lei 3.353, de 13 de maio. Entretanto, a forma como foi conduzida deixou muito a desejar e seus efeitos ainda hoje são prejudiciais aos afro-descendentes.

Por outro lado, as populações indígenas são tratadas como "relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer" pelo nosso Código Civil ainda em vigor (art. 6º). O Parágrafo único do mesmo artigo diz que "Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País." Apesar deste dispositivo ser considerado como uma forma de "proteção" às pessoas indígenas, grande parte da sociedade o considera como um preconceito racial.

### Legislação Internacional

Em 1948, durante a Assembléia Geral da ONU, foi adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seu Art. 1.1 diz que: Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Ainda sob o auspício da ONU, em 1963 foi assinada a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e em 1968 a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

O art. 1º da Convenção define a discriminação racial como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer

outro campo da vida pública.

### Nossa legislação atual

A Constituição Federal de 1988 elevou o racismo de contravenção penal a crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (art. 5º).

Temos alguns dispositivos na legislação ordinária que reprimem o racismo. A mais exemplar é a Lei nº 7.716/89 (alterada pelas Leis 8.081/90, 8.082/94 e 9.459/97). Esta lei relaciona, de forma extensa os atos considerados criminosos, entre eles os seguintes: impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo público; negar ou obstar emprego em empresa privada; recusar ou impedir acesso a estabelecimento: comercial, de ensino público ou privado, hotéis, restaurantes, casas de diversões ou esportivas, clubes abertos ao público, salões de beleza, transportes públicos etc. É também crime impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Para todos esses crimes as penas variam de reclusão de três a cinco anos e multa.

Ainda temos a Lei nº 9.029/95 que proíbe a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade.

### O que deve fazer a pessoa que sofre discriminação racial

Deve denunciar o fato em uma Delegacia, levando provas da discriminação, se houver, e o nome de pessoas que presenciaram o fato, para servirem de testemunha.

Se a ação penal for considerada procedente, a vítima pode mover outra ação, na área civil, visando o recebimento de uma indenização por danos morais.

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.

Exemplo: filh@ significa filha mulher e filho homem.

EXTRAÍDO DO GUIA DOS DIREITOS DA MULHER – CFEMEA-1996, EDITORA RECORD  
(PODE SER ENCONTRADO NAS LIVRARIAS) E DA LEGISLAÇÃO ATUAL

# Acontece

## Fórum Social Mundial

A Rede de Mulheres no Rádio e a Rede de Comunicadoras Comunitárias estarão ligadas no 2º Fórum Social Mundial com a rádio Fala Mulher. A equipe de comunicadoras vai fazer reportagens, programas ao vivo para divulgar a participação e atividades das feministas que acreditam que “um outro mundo é possível”. O 2º Fórum Social Mundial vai acontecer entre os dias 31 de janeiro e 5 de fevereiro em Porto Alegre.

A Articulação Feminista Marco-Sul convida todas as pessoas que participarão do evento a fazer um grande “apitaco”, um grande ruído no dia 2/02/2002, às 2 horas da tarde. @s interessad@s devem levar apitos, trompetes, tambores ou qualquer instrumento que sirva para que todos os fundamentalistas do mundo escutem que: sua boca não se engana. O fundamental é a gente!

Para outras informações: [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)

## Planeta Fêmea 2002

Durante o 2º Fórum Social Mundial, as mulheres de Porto Alegre irão reeditar o Planeta Fêmea. A intenção é recuperar a experiência do movimento feminista na Eco 92, quando difundiu-se uma nova concepção de desenvolvimento. Naquela época, o evento foi decisivo para a construção da Agenda 21. Desta vez, o movimento feminista pretende buscar caminhos para um mundo onde haja a possibilidade de paz. Os debates acontecerão durante todos os dias do Fórum, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

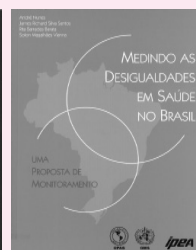
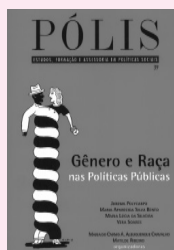
## Conferência contra Racismo

O Plano de Ação da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo em Durban, África do Sul, foi aprovado no dia 8 de setembro de 2001. Mas somente em janeiro foram publicados a Declaração e o Programa de Ação oficial da Conferência. O documento está disponível em inglês e espanhol no site da ONU:

[www.unhchr.ch/html/racism/Durban.htm](http://www.unhchr.ch/html/racism/Durban.htm)

## Bioética Feminista

A 4ª Conferência Internacional da FAB (Rede de Perspectivas Feministas para a Bioética) vai acontecer em Brasília entre os dias 29 e 30 de outubro. A data limite para as inscrições de propostas é 1º de março. São bem-vindas apresentações livres, trabalhos, painéis, sessões interativas e outras formas de discussão de questões relacionadas ao tema da Conferência: Gênero, Poder e (In)Justiça. Mais informações no site [www.fabnet.org](http://www.fabnet.org)



### Gênero e Raça

A Pólis - Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - está lançando a publicação “Gênero e Raça nas Políticas Públicas: Experiências em Santo André- SP.” A publicação enfoca as relações entre as questões econômicas e sociais e os usos da categoria gênero e raça nas políticas públicas desenvolvidas em alguns projetos sociais na cidade de Santo André-SP. Mais informações no site [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br), fone (11) 3085-6877, ou fax (11) 3063-1098.

### Saúde da Mulher

A RedeSaúde está comemorando seus dez anos com a publicação “Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos”. Reúne todos os dossiês temáticos produzidos e publicados originalmente entre 1998 e 2001: Mortalidade Materna, Aborto Inseguro, Mulher e Aids, Violência Contra a Mulher, Menopausa, Bioética e as Mulheres. Os dossiês contêm dados, informações, análises, reflexões e foram atualizados para esta nova edição. Mais informações no site [www.redesaude.org.br](http://www.redesaude.org.br), fone (11) 3813-9767, ou fax (11) 3813-8578.

### Desigualdades em saúde

“Medindo as Desigualdades em saúde no Brasil: Uma Proposta de Monitoramento” é uma pesquisa resultante da parceria entre o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). A publicação apresenta uma metodologia para mensuração e monitoramento da equidade em saúde no país, mediante a construção de indicadores e de medidas de desigualdades. Mais informações no site [www.opas.org.br](http://www.opas.org.br).